



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
30/06 e 01/07/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Sesc/RN: Entidade lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – PAUTA ABERTA – Rio Grande do Norte – 30/06/2021
3. Vai Turismo terá debate no RN – PANORAMA DO TURISMO – Paraná – 01/07/2021
4. Aumento na conta de luz deve refletir preços no varejo – CORREIO BRAZILIENSE – Distrito Federal – 30/06/2021
5. CPI da Covid deve começar segunda-feira na Assembleia – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
6. Óbitos por covid-19 crescem 104,8% – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
7. SMS Natal suspende aplicação de D1 – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
8. Compra de respiradores deve guiar debates na CPI da Covid-19 na ALRN – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
9. Vacinação deve impulsionar matrículas no ensino superior – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 01/07/2021
10. Denúncia de propina por vacina pressiona governo, que tenta blindar Bolsonaro - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021
11. Apesar de emails, dono de empresa nega ter negociado com governo - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021
12. CPI convoca Barros e vendedor de vacina que denunciou propina - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021
13. Ministério Público e PF vão apurar compra da Covaxin - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021

14. Alta do PIB nominal volta a reduzir dívida pública, mas efeito é pontual, afirma BC - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021
15. Demanda por UTIs para Covid cai na maioria das capitais - FOLHA – SÃO PAULO - 01/07/2021
16. Superpedido de impeachment é protocolado - ESTADÃO – SÃO PAULO - 01/07/2021
17. Lote de 3 milhões de vacinas da Janssen doadas pelo EUA aguarda distribuição - ESTADÃO – SÃO PAULO - 01/07/2021
18. País registra 14,7 milhões sem emprego em abril - ESTADÃO – SÃO PAULO - 01/07/2021
19. Para Receita, 824 mil vão pagar impostos sobre dividendo – O GLOBO – RIO DE JANEIRO - 01/07/2021
20. GRÁFICOS

RELATÓRIO

No clipping de notícias desta quinta-feira, 1º de julho, a notícia do novo edital para o projeto Poti-Cultural, do Sesc/RN, segue sendo divulgada. A entidade selecionará 36 propostas em duas linhas, a de Fomento ao Audiovisual e a de Pluralidade das Artes.

O projeto “Vai Turismo – Rumo ao Futuro” apareceu novamente na imprensa potiguar. Ele é idealizado pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e receberá Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) nesta sexta-feira (2). A palestra faz parte do II Fórum de Turismo de Nísia Floresta. Ele pretende conversar sobre os aspectos importantes para alavancar o setor na região.

Para o economista Fábio Bentes, responsável por estudos da CNC, o aumento na cobrança extra da conta de luz a partir de julho pode impactar os consumidores domésticos e comerciantes com o aumento das despesas da energia elétrica e também nos preços de todos os setores do varejo. Fábio foi utilizado como fonte em uma matéria relacionada ao reajuste da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 52% na taxa de bandeira vermelha II.

No RN, a CPI da Covid deve começar na segunda-feira (5). Nesta quinta (1º), a Assembleia Legislativa votará a resolução que marca a eleição do presidente e designação do relator. A investigação será em torno do uso de R\$ 72,23 milhões em 12 contratos do Governo do Estado durante a pandemia.

Ainda sobre pandemia, os óbitos por covid-19 cresceram 104,8% entre janeiro a julho, comparado com os números de julho a dezembro do ano passado. Este pode ser considerado o semestre mais mortal durante a crise sanitária.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS Natal) suspendeu a aplicação da primeira dose das vacinas contra covid-19 nesta quinta-feira (1ª). Todo o estoque da capital foi utilizado e não há imunizantes disponíveis. A SMS aguarda repasse do Governo do Estado para voltar a vacinação.

A vacinação é vista como um impulsionador das matrículas no ensino superior. A análise foi realizada pelo Observatório da Educação Superior e mostrou que este é um dos fatores que dão segurança aos estudantes para começar os estudos. 39% dos entrevistados que tomaram pelo menos a primeira dose do imunizante pretendem começar a graduação ainda em 2021.

No âmbito nacional, as manchetes principais envolvem a propina da vacina. Os auxiliares de Jair Bolsonaro tentam blindar o presidente das denúncias em relação aos contratos. Segundo a Folha de S. Paulo, as bandeiras eleitorais podem ser atingidas com este fato. O presidente ignorou a denúncia e afirmou nesta quarta-feira (30) que “não vai ser com mentiras ou com CPI, integrada por bandidos, que vão nos tirar daqui”.

Embora existam e-mails que comprovem negociação da Davati entre o governo, o dono da empresa afirmou que não houve nenhum pedido para aumentar o preço da vacina AstraZeneca e que nem ocorreram negociações com o Ministério da Saúde.

A fim de esclarecer este assunto, a CPI convocou o vendedor da vacina que denunciou a propina, Luiz Paulo Domingueti Pereira. Além dele, também estará presente o líder do governo Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR).

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal irão apurar a compra da vacina indiana Covaxin pelo governo brasileiro. Os processos foram abertos nesta quarta-feira (30). A Procuradoria considerou suspeita a existência de muitos atos para a efetivação do contrato no mesmo dia ou em tempo curto, uma celeridade contraditória em relação à postura da Anvisa, que negou em março um pedido de importação.

Um superpedido de impeachment foi protocolado e apresentado em um ato político na Câmara por políticos de oposição. O documento tem 46 assinaturas. A ideia é pressionar o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas – AL) após o avanço das denúncias por corrupção relacionadas as vacinas.

Na saúde, a demanda por UTIs para Covid caiu na maioria das capitais brasileiras ao longo desta semana. Apenas Curitiba, Campo Grande e Palmas mantiveram ocupação de leitos acima de 90%. No Rio Grande do Norte, a taxa de ocupação segue em recuo, após meses em torno de 90%. Na semana passada, estava em 77% e nesta segunda, passou para 72%.

Um lote de 3 milhões de vacinas da Janssen doadas pelos Estados Unidos está aguardando distribuição. A remessa foi recebida na última sexta-feira. As vacinas da Janssen podem colaborar para agilizar a vacinação, já que apenas uma dose é necessária para a imunização completa.

Já na Economia, a alta do PIB nominal volta a reduzir a dívida pública, mas o efeito é pontual, segundo o Banco Central. Em maio, a dívida bruta foi a 84,5% do PIB. Ainda segundo o BC, o resultado se deu principalmente por causa do aumento do PIB nominal, o que contribuiu em 1,5 ponto percentual. A queda do dólar de 3,2% no mês puxou a dívida em 0,2 ponto para baixo.

O país registrou 14,7 milhões de pessoas sem emprego em abril, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os sinais de recuperação de parte da economia, houve um aumento no número de pessoas em busca de trabalho. Porém, o mercado ainda não conseguiu gerar vagas para absorver a mão de obra.

Para a Receita Federal, 824 mil irão pagar imposto sobre dividendos com as mudanças relacionadas ao Imposto de Renda. Atualmente, enquanto os trabalhadores são tributados com uma alíquota efetiva média de até 16,6%, quem recebe lucros e dividendos tem uma alíquota efetiva que não ultrapassa 10%. Por isso, o governo argumenta que o sistema é injusto com trabalhadores assalariados.

Sesc/RN: Entidade lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas – PAUTA

ABERTA – Rio Grande do Norte – 30/06/2021

Link

http://blogpautaaberta.blogspot.com/2021/06/blog-post_113.html?m=1

Sesc/RN: Entidade lança novo edital Poti-Cultural para selecionar 36 propostas

O Serviço Social do Comércio do RN (Sesc/RN) lançará nesta quinta-feira (1º), o edital de seleção de propostas digitais para o projeto Poti-Cultural 2021.

Neste ano, serão investidos R\$ 264 mil em duas linhas: uma de *Fomento ao Audiovisual* e outra de *Pluralidade das Artes*, selecionando seis e trinta trabalhos, respectivamente.

Para a linha de *Fomento ao Audiovisual*, as propostas devem ser inéditas e caso aprovada obterá uma remuneração em R\$ 17 mil.

Os filmes serão exibidos no primeiro trimestre de 2022, enquanto que a produção poderá seguir temas livres ou seguindo eixos temáticos do edital, como: legados aos efeitos da pandemia, patrimônio imaterial no RN, legados da cultura popular potiguar na infância e juventude.

Já a linha de *Pluralidade das Artes* selecionará propostas artístico-culturais nos segmentos: artes cênicas (teatro, dança e circo); audiovisual; música; literatura; artes visuais; arte educação; patrimônio cultural; e ações formativas em cultura.

Cada selecionado será remunerado com um valor bruto de R\$ 2,5 mil.

As exibições nos canais oficiais do Sesc/RN devem ocorrer a partir de setembro deste ano.

As inscrições seguem até o dia 16 de julho, uma sexta-feira, com edital disponível no portal eletrônico www.sescrn.com.br, adianta informação da assessoria de imprensa do Sesc/RN.



Link	https://www.panoramadoturismo.com.br/destaques/vai-turismo-no-forum-de-nisia-floresta-2
------	---

Vai Turismo, no Fórum de Nísia Floresta

O presidente Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação-FBHA, Alexandre Sampaio, é um dos convidados especiais do *II Fórum de Turismo de Nísia Floresta*, a se realizar nessa cidade litorânea do Rio Grande do Norte, hoje e amanhã, sob coordenação Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

A participação de Sampaio estará em evidência, além da presença na mesa de abertura do evento, na manhã dessa quinta-feira, no Praia Bonita Resort & Convention, em dois momentos da programação. Primeiramente, ao lado do empresário Habib Chalita, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), debaterá os próximos passos do turismo na região.

E nessa sexta-feira fará palestra em torno do projeto *Vai Turismo – Rumo ao Futuro*, idealizado pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo-CNC, entidade da qual também é coordenador do Conselho de Turismo e Hospitalidade.

"Na palestra, terei a oportunidade de conversar sobre aspectos importantes para alavancar o setor na região. Estamos com uma oportunidade ímpar de trabalhar, com a comunidade local e empresários, o futuro do nosso segmento, infelizmente, amplamente afetado pela pandemia", adianta Alexandre Sampaio.

Link	https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/06/4934589-aumento-na-conta-de-luz-deve-refletir-precos-no-varejo.html
------	---

Aumento na conta de luz deve refletir preços no varejo

Comércio varejista deve experimentar queda nas vendas, aponta especialista. Aneel reajustou bandeira vermelha patamar II em 52%, na terça-feira (29/6)

O aumento na cobrança extra da conta de luz a partir de julho poderá impactar os consumidores domésticos e comerciantes duplamente: no aumento direto das despesas com energia elétrica e no reflexo nos preços em todos os setores do varejo. É o que afirma o economista Fábio Bentes, responsável por estudos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

[A Agência Nacional de Energia Elétrica \(Aneel\) divulgou, na terça-feira \(29/6\), um reajuste de 52% na taxa da bandeira vermelha II](#), aplicada atualmente e com previsão para permanecer em toda fase crítica da crise hídrica, o valor da tarifa passou de R\$6,24 a cada 100 quilowatts para R\$ 9,49/100 kWh.

Bentes afirma que o reajuste é significativo e poderá, não só frear o crescimento esperado para o comércio varejista nos próximos meses, como provocar queda nas vendas em todos os setores “não essenciais”. “Mais de 10% das despesas do comércio são com tarifas de energia elétrica, e o repasse do aumento na conta de energia aos preços dos produtos acaba sendo obrigatório. O consumidor, por sua vez, não tem condições de fazer frente ao aumento de preços acima da média e, na hora de pagar as contas, para não ter a energia cortada, vai retirar do consumo o vestuário e o item de eletrodoméstico, por exemplo”, explica o economista.

Um estudo da CNC, cita Bentes, revela que para cada 1% de aumento no preço da energia, é necessário repassar 0,44% no preço, e o empresário consegue “dividir o imposto com o consumidor”, assumindo 0,56%. Essa estimativa, contudo, é válida para situações de normalidade, que não é o caso do quadro atual, de acordo com o economista.

“Muitos setores nem se recuperaram da pandemia, e a energia elétrica tem subido muito mais do que a capacidade do varejo de gerar receita. Por isso, o aumento de energia não deverá ser repassado nesse mesmo percentual que costumava ser até dois anos atrás, o que também será um fator para que o varejo experimente queda de receitas”, reforça.

Retomada do comércio afetada

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados este mês apontam que as vendas do comércio varejista subiram 1,8% em abril de 2021, com relação a março. Na comparação com abril do ano passado, o volume de vendas no varejo cresceu 23,8%. Em maio, a CNC manteve em 3,3% a previsão de crescimento do volume das vendas no varejo para 2021, após a divulgação da Pesquisa Mensal de Comércio pelo IBGE. Para Fábio Bentes, o aumento na conta de luz pode desacelerar o crescimento.

“O reajuste pode desacelerar a recuperação do varejo. O melhor exemplo é o vestuário, que hoje já vende 20% a menos do que antes da pandemia, e, se for repassar aumentos na energia para preço, irá demorar mais ainda para se recuperar”, afirma.

Os setores do comércio varejista que podem sentir, um pouco menos, esse impacto são os essenciais, especialmente ligados à alimentação, segundo Fábio Bentes. “No setor de alimentação costumam se adaptar melhor aos reajustes e a variação de preço é mais inelástica”, conta.

Marcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), explica que, devido ao uso de energias alternativas, grande parte dos supermercados consegue manter as despesas com energia elétrica na margem de 2% ao mês.

“Trabalhando com energias de fontes renováveis, os mercados, especialmente de grandes redes, conseguem trabalhar um valor bem menor com os distribuidores de energia. Muitos utilizam geradores em horário de pico, por exemplo”, revela o representante do setor.

Alta não será imediata

De acordo com Milan, ainda que a alta nos preços de varejo possa suceder aumento dos valores das bandeiras tarifárias, isso não deve ocorrer imediatamente, pois o reajuste ainda deve ser assimilado por cada setor. No caso dos supermercados, o volume de estoque também interfere nessa análise.

“Cada tipo de produto tem uma dinâmica e um gasto sobre a energia elétrica, além disso, muitos produtos ainda estão estocados e foram comprados dentro da tarifa anterior, então vai depender dos níveis de estoque, também”, conta.

Ainda segundo o vice-presidente da Abras, as indústrias e comércio deverão negociar com fornecedores e a competitividade deve ser um impeditivo para grandes altas nas prateleiras dos supermercados.

“Haverá um tempo para negociar com as indústrias. Então o reajuste não refletirá agora nos preços. No caso dos supermercados, o mercado é muito competitivo e cada um procura oferecer o melhor produto pelo melhor preço”, ressalta.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cpi-da-covid-deve-comeca-ar-segunda-feira-na-assembleia/514362>

CPI da Covid deve começar segunda-feira na Assembleia

« INQUÉRITO » Deputados votam hoje a resolução que marca a eleição do presidente e designação do relator para início da próxima semana

EDUARDO MAIA



Assembleia Legislativa votará, na sessão de hoje, a resolução que programa para as 10 horas de segunda-feira o início da CPI

A Assembleia Legislativa votará, na sessão de hoje, o projeto de resolução com a assinatura do presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), designando para as 10 horas desta segunda-feira (05), a reunião para eleição do presidente e vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigará o uso de R\$ 72,23 milhões em 12 contratos do governo do Estado durante a pandemia de coronavírus no Rio Grande do Norte.

PSC e SOLIDARIEDADE, com 14 deputados, que terá como líder o deputado Kelps Lima (SOLIDARIEDADE), indicando três parlamentares – Getúlio Rego (DEM), Gustavo Carvalho (PSDB) e o próprio Lima, como titulares, enquanto os suplentes são os deputados Galeno Torquato (PSD), Nelter Queiroz (MDB) e Tomba Farias (PSDB).

Agora sendo minoria na Assembleia, a bancada da situação foi distribuída em dois blocos par-



COMPOSIÇÃO DA CPI DA COVID-19

TITULARES:

Getúlio Rego (DEM), Gustavo Carvalho (PSDB), Kelps Lima (SOLIDARIEDADE), George Soares (PL), Francisco do PT

SUPLENTES:

de retratar essas questões do passado, que tão importante quanto o presente, pra que possamos construir um futuro melhor, não vai ter aqui o apagão das mentes com relação ao passado”.

Os comentários de George Soares foram feitos em cima de crítica do deputado Nelter Queiroz, o qual denunciou o fechamento de três leitos de UTI de Covid-19 no Assu por falta de pagamento de plantões médicos, tendo o líder situacionista dito

Na ocasião, o presidente eleito também indicará o relator dos trabalhos da CPI da Covid-19, instituída por ato de nº 1.976/2021 da mesa diretora, publicado em 23 de junho no “Diário Oficial Eletrônico” da Casa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito terá prazo de funcionamento de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, mediante deliberação do Plenário, nos termos do artigo 70, §3º, do Regimento Interno, informa a resolução.

As bancadas de oposição e situação na Assembleia Legislativa indicaram, já na sessão de ontem, os nomes dos cinco deputados estaduais que irão compor a CPI da Covid-19.

Prevaleceu a formação das novas composições partidárias na Assembleia, com o chamado “bloco” de seis partidos oposicionistas, incluídos os rachados PSDB, PSD e MDB e mais DEM,

tidários - PL/PROS/REPUBLICANOS, com cinco deputados e PSB/PT, quatro, que indicaram os deputados George Soares e Francisco do PT, como titulares e os deputados Isolda Dantas (PT) e Ubaldo Fernandes (PL), suplentes na CPI. George Soares é o líder do bloco governista.

“Também foi acordado com o líder do governo, deputado Francisco do PT, que caberá a presidência da CPI à nossa bancada, a maior bancada hoje na Assembleia e caberá à bancada do governo, a indicação da relatoria”, afirmou o deputado Kelps Lima, que adiantou – “faremos a escolha dos dois nomes, tão logo a CPI seja instalada”.

Kelps Lima disse esperar que a CPI da Covid-19 transcorra dentro da normalidade, “com respeito a presunção da inocência e que seja uma investigação séria, não seja transformada em circo, nem

Galeno Torquato (PSD),
Nelter Queiroz (MDB)
Tomba Farias (PSDB)
Isolda Dantas (PT)
Ubaldo Fernandes (PL)

arma política eleitoral”. O líder do “bloco” ainda declarou que “se houve desvio ou mau uso de recursos públicos, diante de tantas mortes, essa apuração deve ser feita da forma mais séria possível”.

Líder da bancada situacionista, deputado George Soares, comentou que, hoje, alguns deputados cobram CPIs na Assembleia, mas “a maior CPI que deveria ter na Casa, era dos salários atrasados dos servidores, que foram da ordem de quase R\$ 2 bilhões, foi a maior quebradeira que se deu no Estado”.

George Soares disse que a CPI vai ser instalada, mas o PL “vai ter equilíbrio, mas não deixarei

que a própria governadora Fátima Bezerra (PT) havia lhe telefonado pela manhã, informando que o pagamento fora liberado.

Para o deputado Coronel Azevedo (PSC), os trabalhos da CPI da Covid-19 deverão ser realizados “com muita serenidade, dedicação e critério”, de forma que “possamos apurar o uso do dinheiro do povo, queremos saber se o gasto público foi condizente com o que está previsto na lei ou se gastaram recursos no período tão difícil, em desacordo com o que está previsto na legislação”.

O deputado José Dias (PSDB) alertou que “essa CPI tem de sair rápido para que as coisas entrem nos trilhos, funcionam e os erros sejam corrigidos”, depois de denunciar em plenário a informação do prefeito de Ceará Mirim, Júlio César Câmara, a respeito da falta de seringas para aplicação de vacinas contra a Covid-19.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-bitos-por-covid-19-crescem-104-8-no-rio-grande-do-norte/514351>

Óbitos por covid-19 crescem 104,8%

« PANDEMIA » Número de pessoas mortas pela infecção causada pelo novo coronavírus de janeiro a junho deste ano no Rio Grande do Norte cresceu mais de 100% em relação aos números de julho a dezembro/2020

FELIPE SALUSTINO
Repórter

Quinze meses após o registro do primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Rio Grande do Norte, os dados sobre a pandemia no Estado, a exemplo do que acontece em todo o País, continuam a alcançar tristes recordes. Desta vez, a constatação é a de que o primeiro semestre deste ano se consolida como o mais mortal desde o início da crise sanitária no território potiguar, em março do ano passado. Para efeitos de comparação, os óbitos cresceram 104,8% de janeiro até junho deste ano, se comparados ao segundo semestre de 2020.

Até o momento, apenas os municípios de Bodó, Galinhos, Pedra Preta e Santana do Seridó, não registraram mortes provocadas pela doença. Os dados ainda estão em revisão, mas, segundo as estatísticas da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) e da plataforma LAIS Coronavírus, foram registradas 3.668 mortes por covid-19 no RN no primeiro semestre de 2021, ao passo que, no segundo semestre de 2020, foram 1.791 óbitos. De março a junho do ano passado, foram 1.289. No acumulado, o Estado soma 6.768 óbitos por covid-19, conforme o boletim epidemiológico de Nº 385, de 30 de junho de 2021.

O crescimento dos óbitos em 2021 foi puxado pelos meses de março (969) e abril (894), que registram os maiores quantitativos de vidas perdidas para a covid desde o registro da primeira morte no final de março do ano passado no RN. Segundo o diretor executivo do Laboratório em Inovação Tecnológica (LAIS/UFRN), Ricardo Valentim, os meses citados, em conjunto com maio passado, somaram mais pessoas internadas em leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do que os números contabilizados na primeira onda, o que teria contribuído para a explosão na alta de óbitos.

"Em março último teve início, de fato, a segunda onda, com uma quantidade de novos casos confirmados e de óbitos muito grande. O número de pessoas internadas em UTIs superou a primeira onda e nossa vacinação ainda não era forte. Tínhamos começado a imunizar os profissionais de Saúde e os idosos acamados. Então, com a chegada da segunda onda, houve maior contaminação, o que aumentou a probabilidade de que



Rio Grande do Norte se aproxima das 7 mil vidas perdidas para a covid-19 em pouco mais de 15 meses desde o primeiro registro de óbito causado pelo coronavírus

Pandemia matou mais idosos no RN

Os dados gerais sobre a pandemia no Rio Grande do Norte indicam também que os idosos (pessoas com 60 anos e mais) são a maioria nas estatísticas de óbitos por covid-19. Eles correspondiam a 65,62% de todas as mortes tabuladas até o dia 21 deste mês. Homens e mulheres com idade entre 70 e 74 anos representavam grande parte desse percentual de óbitos: 813, no total. Entretanto, esse é um perfil que tem se modificado. Segundo o professor Ricardo Valentim, do LAIS/UFRN, os idosos representavam 75% do número de internações no final de julho do ano passado, percentual se inverteu. "Hoje, 75% das hospitalizações por covid são de pessoas não idosas (com menos de 60 anos de idade)", informa a gestora. A mudança no perfil

de internações impacta diretamente o número de óbitos. De acordo com a plataforma LAIS Coronavírus, entre os dias 20 de maio e 20 de junho de 2021, o maior quantitativo de mortes por covid-19 foi registrado em pessoas com faixa etária entre 55 e 59 anos. Foram 80, das 644 mortes contabilizadas nesse período no RN. Já os óbitos de pessoas com idade entre 70 e 74 anos somaram 56. Essas mudanças estão atreladas ao processo de imunização, conforme destaca Maura Sobreira. "Tivemos uma redução significativa na quantidade de óbitos e internações de pessoas idosas. Existe uma inversão dos dados no momento. Isso é reflexo da vacinação, que começou por esse grupo e que tende a ser encerrada nos próximos dias, inclusive com a aplicação da segunda dose, para quem ainda não re-

cebeu", sublinha. O pesquisador Ricardo Valentim explica que cada paciente acometido pela covid-19 fica, em média, 15 dias internados. Com o avanço da vacinação, ele acredita que até o final da primeira quinzena de julho, o percentual de idosos internados seja ainda menor, já que a tendência é de alta hospitalar, ao passo que menos idosos necessitem de internação graças à conclusão do esquema vacinal. Da mesma forma, na avaliação do professor, o número de óbitos de pessoas entre 55 e 59 anos deve sofrer redução ainda no início deste mês, uma vez que a vacinação para esse público já teve início. "As pessoas nessa faixa etária começaram a se vacinar no dia 4 de junho. Quinze dias depois, elas já começam a ganhar alguma imunidade e isso vai se refletir nos nossos gráficos", esclarece.



Maura Sobreira disse que primeiro semestre foi dramático

Processo de vacinação é considerado satisfatório

Ricardo Valentim classifica o processo de vacinação no Rio Grande do Norte como satisfatório, mesmo com os atrasos registrados desde o início da imunização em todo o Brasil. Segun-

38.437 confirmações da doença. Em junho do ano passado, foram 23.782, ou seja, quase 15 mil casos a menos. Curiosamente, junho do ano passado registrou mais mortes do que maio de

duas semanas teremos dados ainda mais animadores", prevê o diretor executivo do LAIS.

População
"Hoje temos quase 1,5 milhão

flexo do processo de vacinação, que começa a ter uma melhora na cobertura, especialmente quando a gente olha para a população idosa. Há queda também entre a incidência da infec-



ÓBITOS POR COVID-19 NO RN*

1.289 – jan/mar/2020
1.791 – 2º semestre de 2020
3.668 – 1º semestre de 2021

as pessoas tenham sido infectadas pela forma mais grave da doença", destaca Valentim, que é membro do Comitê Científico da Sesap.

A secretária adjunta da Sesap, Maura Sobreira, afirmou que a situação da pandemia no primeiro semestre de 2021 no RN, a exemplo de todo o Brasil, é considerada dramática, por dois motivos: a circulação de novas cepas e a lentidão no processo de vacinação.

"A pandemia se apresentou de forma muito agressiva no Brasil inteiro em 2021, com um número elevado de casos confirmados e óbitos. A vacinação lenta e a presença de novas cepas contribuíram para esses resultados tão dramáticos, mesmo aqui no RN, onde nós temos uma rede assistencial expandida", avalia Maura Sobreira.

do o professor, alguns resultados podem ser observados, especialmente na redução do número de óbitos que, apesar do aumento exorbitante este ano, apresenta sucessivas quedas depois de março. Para demonstrar os resultados, Valentim fez um comparativo, usando os meses de maio de 2021 e junho de 2020 como parâmetro.

Ele ressalta que maio deste ano registrou o maior quantitativo de casos confirmados de covid-19 dentro da série histórica. Entretanto, as mortes contabilizadas foram menores do que as que ocorreram em junho do ano passado. Esse fator, avalia, está relacionado ao processo de vacinação no Estado.

"Maio [de 2021] registrou recordes de casos confirmados no RN até o momento: foram

2021. Foram 860 contra 654. E por que isso aconteceu? Porque agora existe uma imunização presente no Estado, ou seja, quanto mais a população é vacinada, menor será a probabilidade de internação para pacientes graves e a gente consegue, assim, reduzir a mortalidade", declara.

Desse modo, apesar do crescimento dos óbitos neste ano, Ricardo Valentim está otimista em um novo cenário a partir de agora, graças à celeridade recente do processo de imunização. "Estamos no caminho certo no que diz respeito à vacinação e os reflexos disso já começam a ser sentidos nas internações. Há 15 dias, nós tínhamos quase 400 pessoas internadas em leitos de UTI. Hoje, são menos de 280. E, como as pessoas ficam, em média, 15 dias internadas, então, daqui a

de potiguares vacinados, sendo mais de 1 milhão com a primeira dose e mais de 400 mil com a segunda dose. Isso significa que temos mais pessoas vacinadas do que número de casos confirmados de covid-19", disse Valentim. O RN tem 340.165 confirmações para a infecção pelo coronavírus, segundo o boletim de Nº 385, da Sesap. "Temos tudo para estarmos numa situação bem confortável entre agosto e setembro e, quem sabe, antes de novembro, teremos conseguido controlar totalmente a pandemia", acrescenta Valentim.

Maura Sobreira, secretária adjunta da Sesap, concorda que os efeitos da vacinação já são visualizados e reforça que eles estão associados a outras medidas. "Seguimos agora com uma tendência na redução de casos, re-

ção e a mortalidade de profissionais de Saúde, que foram os primeiros do grupo prioritário a serem vacinados", frisa.

"O Estado tem feito um trabalho diuturno envolvendo municípios, que culminou com decretos regionalizados e medidas restritivas, fortalecimento das ações em vigilância em Saúde, ampliação de testagem e rastreamento de casos, para que possamos ter as ações fortalecidas e consigamos reduzir o contágio", complementa Maura Sobreira.

Ricardo Valentim ressalta que todas as ações de prevenção à doença ainda precisam ser mantidas, mesmo com o avanço da vacina. "A população precisa continuar ajudando, usando máscara e evitando aglomerações. Se não, podemos perder o controle do vírus", pontua.

*Dados em revisão
Fonte: Sesap/RN e LAIS/UFRRN

Casos

- Confirmados: 340.165
- Suspeitos: 159.452
- Descartados: 639.163
- Recuperados: 150.649

Óbitos: 6.768

10 óbitos confirmados ocorridos nas últimas 24 horas:

Natal (2), Ouro Branco (1), Pau dos Ferros (2), Francisco Dantas (1), Olho-D'Água dos Borges (1), Mossoró (1), Parnamirim (1) e Santa Cruz (1).

Suspeitos: 1.449

Descartados: 724

Fonte: Sesap/RN

01/07/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sms-natal-suspende-aplicaa-a-o-de-d1/514349>

SMS Natal suspende aplicação de D1

« **IMUNIZAÇÃO** » Secretaria Municipal de Saúde diz que aplicação da primeira dose das vacinas contra a covid-19 estão suspensas nesta quinta (01/07); Sesap distribuirá lotes hoje

A Secretaria Municipal de Saúde de Natal (SMS Natal) informou no final da tarde dessa quarta-feira (30/06) que todo o estoque de primeiras doses de vacinas contra a Covid-19 da capital foi utilizado e, com isso, nesta quinta-feira (01/07), não haverá vacinação para a primeira dose (D1). Os drive-thrus do SESI, Ginásio Nélio Dias e as 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS) estarão aplicando a segunda dose de Oxford para as pessoas que tomaram a primeira dose do imunizante há 85 dias.

A SMS Natal aguarda o repasse pelo Governo do Estado da nova remessa enviada pelo Ministério da Saúde para retomar a vacinação e ampliar para novos públicos. Nessa quarta-feira (30/06), a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN) recebeu um lote com 67 mil vacinas. As doses são do imunizante AstraZeneca/Fiocruz e serão todas destinadas às primeiras doses, em especial dos públicos por faixa etária, ampliando o início do processo vacinal entre os potiguares.

A Sesap, por meio de sua equipe da Unidade Central de Agentes Terapêuticos (Unicat), já está organizando a distribuição das vacinas, para que as doses cheguem o mais rápido possível aos municípios. Ainda na manhã desta quinta-feira (01/07), o Rio Grande do Norte deverá ter mais um novo carregamento de vacinas. De acordo com o Ministério da Saúde, são mais 17.550 unidades da Pfizer, também destinadas à primeira dose.

Recentemente, o Estado ultrapassou a marca do milhão de pessoas que receberam ao menos uma dose de proteção contra a Covid-



SANDRO MENEZES

Rio Grande do Norte recebeu lote com 67 mil doses da vacina Oxford/AstraZeneca nessa quarta-feira (30/06); nova carga chega hoje

19 e mais de 400 mil potiguares totalmente vacinados, de acordo com a plataforma RN + Vacinas.

Convocação

O Governo do Estado nomeou 262 profissionais de saúde para compor o quadro de servidores efetivos da Sesap. A nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira (30/06).

Foram nomeados 19 assistentes sociais, 52 enfermeiros, 10 farmacêuticos, 18 farmacêuticos bioquímicos, 5 fisioterapeutas, 1 fonoaudiólogo, 5 psicólogos, 12 nutricionistas, 20 administradores,

20 contadores, 1 engenheiro, 1 médico anestesiolista, 10 médicos cardiologistas, 1 médico cirurgião, 1 médico cirurgião pediátrico, 1 médico neurologista, 1 médico ortopedista, 2 médicos patologistas, 11 médicos ultrassonografistas, 1 técnico em biodiagnóstico e 69 assistentes técnicos administrativos em saúde, totalizando 262 profissionais de saúde que foram aprovados no concurso público Edital nº 001/2018 – SEARH/SESAP.

Os novos servidores serão distribuídos em algumas unidades de hospitalares do estado. Além dessas unidades, o novo

Laboratório de Anatomia Patológica do RN e o nível central da Sesap, em Natal, contarão com novos servidores.

Cadastro e Documentação

Para assumir os cargos, os servidores nomeados precisam entrar no sistema SEI! através do link <http://portalsei.rn.gov.br/> e na aba de acesso ao SEI, clicar para criar seu usuário externo e senha, na opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado". Após a criação do usuário externo, o candidato nomeado deve enviar e-mail para sei.sesap@gmail.com informando nome

e CPF com o título "LIBERAÇÃO CONCURSO SESAP", para que seu usuário seja liberado.

Em relação à documentação, os novos servidores precisam escanear os documentos e enviar o arquivo em PDF para o e-mail efetivossesaprn@gmail.com, com o assunto "ABERTURA DE PROCESSO DE NOMEAÇÃO" e informar na mensagem o(s) telefone (s) atualizado(s), para, após o processo ser aberto, ser avisado quanto à assinatura da posse e respectiva lotação.

Os servidores têm até 30 dias para tomar posse, após a data de publicação da nomeação.

Compra de respiradores deve guiar debates na CPI da covid-19 na ALRN

EMBATES Nas redes sociais, não raro, integrantes da oposição questionam a gestora estadual sobre a compra frustrada. O assunto tem dividido opiniões. Nos bastidores, há quem acredite que o governo levou um 'calote', enquanto existe quem prefere aguardar o desfecho da apuração judicial. Deputados podem usar a CPI para desgastar a imagem do governo

A compra não concretizada dos respiradores, pelo Governo do Estado, via Consórcio Nordeste, em abril de 2020, deve guiar e protagonizar as discussões na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que será aberta na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN). O instrumento tem por objetivo investigar 12 contratos do governo potiguar e os gastos desse durante a pandemia da covid-19. Somados, os contratos investigados chegam à cifra de cerca de R\$ 72 milhões.

O trâmite, que visava comprar 30 respiradores junto à Hemptcare Pharma, custou R\$ 4,9 milhões aos cofres do poder público. A empresa, no entanto, não cumpriu a parte dela após receber o pagamento adiantado. A situação, então, gerou ação judicial. Em agosto de 2020, o Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado (MP/TCE) isentou o secretário estadual de Saúde, Cipriano Maia. Apesar disso, o processo segue em curso e em sigilo judicial, desde então.

O ocorrido é usado como arma política por adversários da governadora Fátima Bezerra (PT). Eles lançam dúvidas sobre a atuação e a transparência do governo gerido pela petista. Nas redes sociais, não raro, integrantes da oposição questionam a gestora estadual sobre a compra frustrada. O assunto tem dividido opiniões. Nos bastidores, há quem acredite que o governo levou um 'calote', enquanto existe quem prefere aguardar o desfecho da apuração judicial.

Com a CPI em andamento em ano pré-eleitoral, deputados estaduais podem usar o momento para desgastar a imagem do governo atual, ao mesmo tempo em que fortalecem seus palanques. Pesquisa realizada pelo Instituto Agora Sei, no mês de maio, aponta Fátima Bezerra na frente da preferência do eleitor potiguar nas eleições de 2022, tanto na pesquisa espontânea, quanto na estimulada.

Tal cenário, contudo, pode ser alterado com os desdobramentos e as possíveis revelações que a CPI possa apresentar no decorrer dos trabalhos. Presidida possivelmente pelo deputado estadual Kelps Lima (Solidariedade), a comissão investigará outros assuntos polêmicos. Um dos contratos, por exemplo, é intitulado como "propaganda do governo paga com recursos Covid-19 feita por filiado ao PT e ex-candidato a senador".

Apesar de não citar nomes, subentende-se e supõe-se que a investigação em questão envolve o político e médico infectologista Alexandre Motta (PT), que tem atuado como 'garoto propaganda' do Governo do RN. Inclusive, o mesmo já estampou uma propaganda, veiculada na TV aberta em horário nobre, explicando a compra de respiradores realizada pela gestora Fátima.



Governadora Fátima Bezerra tem aparecido bem avaliada nas pesquisas de intenção de voto, mas terá pela frente a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará sua gestão



Deputado Kelps Lima (Solidariedade) será indicado pela oposição como presidente da CPI, mas confirmação do seu nome deve sair nesta quarta-feira, durante reunião na Assembleia

Outro fator que faz apostar no nome de Motta é as eleições gerais de 2018, quando o médico foi o candidato do Partido dos Trabalhadores ao Senado Federal. Apesar da disputa disponibilizar duas vagas, ele ficou longe de ser eleito, uma vez que ocupou a sexta posição, após conquistar 8,33% dos votos (242.465 eleitores). O processo destaca, ainda, que o prejuízo dessa ação está "a ser definido", além de citar a palavra "impessoalidade".

No contexto político, o princípio administrativo da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da administração deve visar ao interesse público; deve ter como finalidade a satisfação

do interesse público. A impessoalidade impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando a interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência. Dessa forma, ele impede perseguições ou favorecimentos, discriminações benéficas ou prejudiciais aos administrados.

Os demais processos são: contratação de hospital de campanha no Arena das Dunas, caracterizado como "tentativa de fraude consumada"; aquisição de sacos de lixo hospitalares; aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI); aquisição de swab e reagentes para o Laborat

rio Central do RN (Lacen); e contratação de locação de ambulância para transporte de pacientes covid com sobrepreço de R\$ 200 mil por mês por viatura.

Somente os cinco processos citados no parágrafo anterior totalizam quase R\$ 50 milhões de prejuízo potencial com recursos públicos, de acordo com o documento produzido por integrantes da CPI. A lista de processos inclui ainda outros cinco: 'Entidade contratada para abrir leitos clínicos e de UTI no Hospital João Machado - sem estrutura mínima - pagamento antecipado de R\$ 1,7 milhão - mais de R\$ 10 milhões recebidos em 2020 - Estado possui prestadores

na mesma área - funcionamento precário - no mínimo prejuízo tributária', com "valor de fraude investigada" de R\$ 8.544.096,00.

Aquisição de 1,6 milhão por 15 ventiladores pulmonares, "dos quais 14 jamais funcionaram, com prejuízo potencial de R\$ 1.605.000,00; manutenção de ventiladores pulmonares, com prejuízo potencial de R\$ 1.675.800,00; aquisição de filtros para ventiladores pulmonares, com prejuízo potencial de R\$ 1.774.720,00; e contratação de pesquisa do Estado do Piauí - ausência de necessário interesse público - emergência fabricada, com prejuízo potencial de R\$ 1.988.400,00.

Vacinação deverá impulsionar matrículas no ensino superior

Faculdades e universidades particulares esperam uma retomada das matrículas no ensino superior, impactadas pela pandemia, principalmente a partir do ano que vem. O levantamento Observatório da Educação Superior: análise dos desafios para 2021 – 3ª edição, apresentado hoje (29), mostra que a vacinação é um dos principais fatores que dão segurança aos estudantes e elevam a intenção de começar os estudos.

A pesquisa mostra que 39% dos entrevistados que tomaram pelo menos a primeira dose do imunizante contra a covid-19 desejam começar a graduação ainda em 2021, no próximo semestre, e 41% no início de 2022. Entre os jovens que ainda não foram vacinados, apenas 16% responderam que têm intenção de começar seus cursos no meio do ano e 43% vão aguardar o próximo ano letivo.

Os não imunizados representam o público mais inseguro: 29% não se decidiram sobre quando se matricular.

Entre os vacinados, esse percentual é de 9%, ou seja, 3,2 vezes menor.

“A gente percebe que começou a melhorar a procura, especialmente pelo ensino presencial, que foi a modalidade mais afetada durante a pandemia. Mas, está claro que a retomada forte ficará para 2022”, diz o diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Celso Niskier.

“Entendemos que a vacinação é decisiva para a retomada forte no ano de 2022 e quanto antes, melhor, porque o risco de mais um semestre de atraso na procura pelo ensino superior é que esses jovens vão se formar também um semestre depois, o que certamente vai provocar risco de um apagão de mão de obra qualificada para retomada econômica do país”, acrescenta.

O ensino superior privado concentra a maior parte das matrículas do Brasil, 75,8% em 2019, de acordo com o último Censo da Educação Superior, sendo 35% na modalidade a distância

(EAD) e 65%, na presencial.

Com a pandemia e a suspensão das aulas presenciais, o setor foi impactado. Em junho do ano passado, o mesmo levantamento mostrou que 43% dos jovens que poderiam estar cursando o ensino superior decidiriam quando começar os estudos apenas quando a situação se normalizasse. Agora, esse percentual caiu para 26%, o que indica que há uma possibilidade de retomada, principalmente por conta da vacinação.

CURSOS DA SAÚDE

O levantamento mostrou ainda um aumento da procura por cursos da área da saúde, indicada como escolha de 30% dos estudantes, sendo 38% em cursos presenciais (no ano passado, eram cerca de 32%) e 18% na modalidade a distância. Em seguida, estão as ofertas de negócios, escolhida por 20% dos participantes – 12% presencial e 30% em EAD. Também foi citadas a área de direito (12%).



Os não imunizados representam o público mais inseguro

PAULO - 01/07/2021

Denúncia de propina por vacina pressiona governo, que tenta blindar Bolsonaro

Sob pressão, presidente da República faz aceno ao Congresso e afirma que não será atingido por mentiras ou 'CPI de bandidos'

Daniel Carvalho e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Auxiliares de Jair Bolsonaro (sem partido) discutem nos bastidores como blindar o presidente das recentes denúncias contra o seu governo em relação a contratos de vacinação. As crises constantes têm atingido uma de suas bandeiras eleitorais de que não haveria irregularidades em sua gestão.

Bolsonaro ignorou a denúncia de oferta de propina na compra de vacina e afirmou nesta quarta-feira (30) que mentiras não vão tirá-lo do Palácio do Planalto, referindo-se à CPI da Covid no Senado como "CPI de bandidos".

"Não conseguem nos atingir. Não vai ser com mentiras ou com CPI, integrada por sete bandidos, que vão nos tirar daqui. Temos uma missão pela frente: conduzir o destino da nossa nação e zelar pelo bem-estar e pelo progresso do nosso povo", disse em discurso de improviso durante visita a Ponta Porã (MS).

Reservadamente, assessores presidenciais criticam a demora do Planalto em reagir a turbulências, sobretudo as que envolvem a CPI da Covid no Senado.

A queda de Roberto Ferreira Dias da Diretoria de Logística do Ministério da Saúde é um exemplo.

Desgastado nas últimas semanas em razão das suspeitas em torno da compra da vacina indiana Covaxin, ele só foi exonerado após o representante de uma vendedora de vacinas afirmar à **Folha** que recebeu dele pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato.

O mesmo tem ocorrido em relação ao líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), apontado como um dos fiadores da indicação de Dias. Bolsonaro resiste em tirá-lo do posto, à espera de que o próprio deputado abra mão.

Diante do agravamento da crise envolvendo a compra das vacinas, o presidente passou a evitar até mesmo seus apoiadores, que às vezes o

colocam em saia-justa com perguntas delicadas. Desde terça-feira (29), os eleitores bolsonaristas não estão sendo autorizados a entrar no Palácio da Alvorada.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro sofre pressão no Congresso. Em um aceno no dia em que um superpedido de impeachment contra ele foi protocolado na Câmara, o presidente agradeceu a parceria na aprovação de projetos a quem chamou de "amigos do Poder Legislativo".

E mais uma vez exaltou o apoio das Forças Armadas. "Só tenho paz e tranquilidade porque sei que, além do povo, tenho as Forças Armadas comprometidas com a democracia e a nossa liberdade. Pode ter certeza de que temos uma missão pela frente e vamos cumpri-la da melhor maneira possível."

Em Mato Grosso do Sul, Bolsonaro participou da inauguração da Estação Radar de Ponta Porã, com capacidade de detectar aeronaves com precisão a longas distâncias pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Logo que o presidente chegou à inauguração, a segurança dele liberou o espaço para que apoiadores entrassem no local. Houve registros de aglomerações e muitos não usavam máscaras. Além da inauguração, o presidente deve participar de um almoço no Sindicato Rural de Ponta Porã.

Com dificuldade do governo em encontrar um discurso e um porta-voz para defender Bolsonaro nesta crise, coube ao ministro das Comunicações, Fábio Faria, que cumpre agenda na Espanha, vir a público para colocar em prática a estratégia traçada.

"A respeito da denúncia sobre suposto pedido de propina pedido por um ocupante de cargo comissionado no governo, pontuo: O servidor foi exonerado prontamente porque a postura que ele teria tido, segundo a acusação, vai contra todas as diretrizes do governo, que abomina corrupção", escreveu Faria numa

rede social.

Exonerado do cargo após as denúncias de propina à **Folha**, Dias já havia sido citado pelo deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) que, com o irmão Luis Ricardo Miranda, chefe do departamento de importação do Ministério da Saúde, denunciou suspeita de irregularidade no contrato de compra da vacina Covaxin.

Segundo o deputado, Dias é quem dava as cartas na Saúde.

A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando a **Folha** revelou no dia 18 de junho o teor do depoimento sigiloso de Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou pressão "atípica" para liberar a importação da Covaxin. Desde então, o caso virou prioridade da CPI da Covid no Senado.

Na terça-feira, Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresenta como representante da empresa Davati Medical Supply, disse à **Folha** que Roberto Ferreira Dias cobrou a propina em um jantar no dia 25 de fevereiro, em Brasília.

A empresa Davati buscou a pasta para negociar 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca com uma proposta feita de US\$ 3,50 por dose (depois disso o valor passou a US\$ 15,50).

Segundo Faria, o contrato com a AstraZeneca e a Fiocruz — que produz o imunizante no Brasil — foi assinado em julho do ano passado. "Portanto, não precisaria de intermediários em fevereiro deste ano para tratar de vacinas", afirmou, encerrando que "toda suspeita será investigada, com transparência e honestidade".

Assim como tem feito com os irmãos Miranda, o governo federal também pretende desqualificar o diretor exonerado do Ministério da Saúde e associá-lo ao ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, já que foi na gestão dele que Roberto Dias assumiu o cargo, em janeiro de 2019.

Colaborou Katna Baran, de Curitiba

“
Não conseguem nos atingir. Não vai ser com mentiras ou com CPI, integrada por sete bandidos, que vão nos tirar daqui. Temos uma missão pela frente: conduzir o destino da nossa nação e zelar pelo bem-estar e pelo progresso do nosso povo”
Jair Bolsonaro presidente da República

01/07/2021

Apesar de emails, dono de empresa nega ter negociado com governo

Proprietário da Davati diz que não houve pedido para subir preço da vacina, mas emails confirmam negociação

Patrícia Campos Mello
e Constança Rezende

SÃO PAULO E BRASÍLIA O empresário Herman Cardenas, dono da Davati Medical Supply, empresa que propôs a venda de 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca para o Ministério da Saúde, disse à Folha que não houve pedido para aumentar o preço do produto nem ocorreram negociações com o governo.

“Não houve negociações ou contratos com o governo do Brasil”, disse por email.

Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresenta como representante da Davati, afirmou à Folha que recebeu de Roberto Ferreira Dias, então diretor de Logística do ministério, pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Emails obtidos pela Folha mostram que o ministério negociou oficialmente com os representantes da Davati. As mensagens da negociação foram trocadas entre Dias, Herman Cardenas e Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador dela.

“A palavra negociações implica que dois lados estão ou estiveram conversando com interesse de chegar a um acordo. Nós simplesmente oferecemos um orçamento, que não foi nem aceito ou reconhecido. Portanto não houve negociações com o governo, só uma proposta”, disse Car-



Email enviado pelo Ministério da Saúde a Herman Cardenas, dono da Davati, afirmando que o governo tem interesse em negociar a aquisição de doses da vacina AstraZeneca

Reprodução

por alguns clientes pelo mundo para localizar vacinas contra Covid-19”, disse a empresa. A Davati foi aberta em junho de 2020 e funciona no mesmo endereço que uma incorporadora imobiliária e uma representante de produtos de construção no Texas (EUA).

De acordo com estimativas de uma empresa de dados corporativos, a Davati faturou US\$ 266 mil (R\$ 1,3 milhão) e tem três funcionários, sendo classificada como uma “pequena empresa”.

A Davati, cujo site foi retirado do ar, envolveu-se em um imbróglio no Canadá em março deste ano. Segundo o jornal Saskatoon Star Phoenix, a empresa teria oferecido 6 milhões de doses da AstraZeneca a um custo de US\$ 21 milhões.

À CBC Cardenas disse: “Não somos distribuidores da AstraZeneca. Temos acesso a pessoas que são. Ainda estamos testando esse canal para garantir que eles conseguem entregar”.

Colaborou Marina Dias, de Washington

denas. Emails obtidos pela Folha, porém, mostram que houve, sim, resposta positiva do Ministério da Saúde.

“Prezados, este ministério manifesta total interesse na aquisição das vacinas desde que atendidos todos os requisitos exigidos. Para tanto, gostaríamos de verificar a possibilidade de agendar uma reunião hoje, às 15h., no departamento de Logística em Saúde”, diz email enviado pelo departamento de logística a Cardenas no dia 26 de fevereiro.

Em outro email, Dias pede a Cardenas que, como discutido na primeira reunião, “pre-

cisamos de uma carta do representante ou algum documento que mostre a Davati Medical como representante da AstraZeneca. Depois disso, podemos ir em frente”.

Cardenas envia até um modelo de carta de intenções que deveria ser preenchida pelo ministério, para fazer o pedido à AstraZeneca, além de uma lista de procedimentos.

Um dos emails foi trocado às 8h50 do dia 26 de fevereiro deste ano, por meio do endereço funcional de Dias, “roberto.dias@saude.gov.br”, e “dlog@saude.gov.br” — “dlog” é como o departamento de lo-

01/07/2021

CPI convoca Barros e vendedor de vacina que denunciou propina

Senadores antecipam para esta quinta-feira (1º) depoimento de Luiz Paulo Domingueti Pereira

Raquel Lopes, Constança Rezende e Renato Machado

BRASÍLIA Os senadores que integram a CPI da Covid aprovaram nesta quarta-feira (30) requerimento de convocação de Luiz Paulo Domingueti Pereira, representante da empresa Davati Mediscal Supply e que denunciou pedidos de propina para a contratação de vacinas contra a Covid-19.

A cúpula da comissão decidiu antecipar para esta quinta (1º) o depoimento de Domingueti, inicialmente marcado para sexta (2), depois de o empresário da Precisa Medicamentos, Francisco Emerson Maximiano, que falaria na quinta, obter habeas corpus junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) para ficar em silêncio. Ele é investigado por suspeitas no contrato de compra da vacina Covaxin.

O colegiado também aprovou requerimento de convocação do líder do governo Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR). Por se tratar de um parlamentar, o formato de sua participação deve ser transformado para convite, na qual a presença não é obrigatória.

A CPI da Covid teve sessão nesta quarta-feira para aprovar novos requerimentos e ouvir o empresário bilionário Carlos Wizard. A sessão aconteceu no calor das denúncias recentes de pedidos de propina partindo do Ministério da Saúde.

Reportagem da Folha nesta terça-feira (29) relatou denúncia de Domingueti Pereira, que disse ter se reunido com o então diretor de lo-

gística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias e ouvido um pedido de propina de US\$ 1 por dose de vacinas, para avançar a negociação por doses do imunizante da AstraZeneca/Oxford. O encontro teria acontecido no dia 25 de fevereiro deste ano.

Domingueti disse que "não terá melindre nenhum" em contar o que sabe à CPI. Ouvido pela reportagem antes da convocação, disse que falará o que sabe "na frente de todo brasileiro" e que "todo mundo tem que saber a verdade". "Tudo o que eu passei, eu não tenho melindre nenhum de falar o que aconteceu", disse à Folha. "Eu digo o que eu disse à senhora [repórter] e, se alguém me chamar, a qualquer momento, vai ser falado o que eu disse à senhora."

Os senadores aprovaram ainda outros requerimentos referentes à denúncia de pedido de propina. Foi convocado Roberto Ferreira Dias, que deve comparecer ao colegiado na semana que vem. O ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde foi exonerado do seu cargo na noite de terça, depois de a Folha ter publicado sua reportagem.

Ferreira Dias teve quebrado os seus sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático.

Outro requerimento aprovado prevê uma diligência externa para que sejam recolhidas as gravações do sistema de câmaras internas do shopping onde houve o encontro.

O vice-presidente da comissão, Rauloff Rodrigues (Rede-AP), afirmou após a sessão que pediu para a Polícia Legislativa que realizasse a diligên-

“

Tudo o que eu passei, eu não tenho melindre nenhum de falar o que aconteceu [...] Se alguém me chamar, a qualquer momento, vai ser falado o que eu disse à senhora [repórter]

Luiz Paulo Domingueti Pereira

representante da Davati, sobre convocação à CPI da Covid

“

A minha disposição em servir ao país combatendo a pandemia faz com que eu seja acusado de pertencer a um suposto gabinete paralelo [...] Se, porventura, gabinete paralelo existiu, jamais tomei conhecimento

Carlos Wizard

empresário, à CPI nesta quarta

cia ainda nesta quarta.

Os senadores aprovaram ainda a convocação do deputado federal Ricardo Barros, para explicar as acusações de envolvimento em irregularidades envolvendo o contrato para a compra da Covaxin.

A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando a Folha revelou, no último dia 18, o teor do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal. Ele relatou ter sofrido uma pressão "atípica" para liberar a importação da Covaxin.

Desde então, o caso virou prioridade da CPI da Covid no Senado. A comissão suspeita do contrato para a aquisição da imunização, por ter sido fechado em tempo recorde, em um momento em que o imunizante ainda não tinha tido todos os dados divulgados, e por prever o maior valor por dose, em torno de R\$ 80 (ou US\$ 15 a dose), entre as vacinas compradas pelo país.

O irmão do servidor, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF), disse à comissão que levou as denúncias de irregularidades ao presidente, ocasião em que teria sido mencionada pelo chefe do Executivo que seria um esquema de Ricardo Barros.

O presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que Barros deve prestar depoimento ao colegiado na próxima quinta-feira (8).

Outros dois servidores do Ministério da Saúde recentemente implicados em irregularidades na compra de vaci-

nas foram convocados: Regina Célia Silva Oliveira e Thiago Fernandes da Costa.

O próprio deputado Luis Miranda vai prestar um novo depoimento à comissão, na terça-feira (6). O requerimento aprovado prevê a realização de uma sessão secreta, como o parlamentar havia mencionado, em entrevista à Folha.

Os senadores, no entanto, ainda não fecharam questão sobre o formato.

Os integrantes da CPI também aprovaram a quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

O general do Exército e um dos 14 nomes que tiveram alterada a condição perante o colegiado, passando de testemunha para investigado.

A comissão aprovou ainda a quebra de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnaud, conhecido como "Markinhos Show", ex-assessor de comunicação de Pazuello na pasta da Saúde.

Também foi atingido pela medida o assessor da Presidência Tércio Arnaud Tomaz, apontado como um dos integrantes do chamado gabinete do ódio, e o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos.

Os requerimentos foram aprovados durante a sessão desta quarta-feira (30), que pretendia ouvir Carlos Wizard. Entretanto, após uma fala de abertura, ele afirmou que iria exercer seu direito de permanecer calado.

O anúncio aconteceu ao final de sua fala inicial, na qual afirmou que desconhece a existência de um gabinete paralelo e que apenas se encon-

Ministério Público e PF vão apurar compra da Covaxin

Procuradoria vê indícios de crime contra a saúde pública e erário federal

Vinicius Sassine

BRÁSILIA O MPF (Ministério Público Federal) instaurou um procedimento investigatório criminal, conhecido internamente pela sigla PIC, para apurar as suspeitas de crime no contrato para compra da vacina indiana Covaxin assinado entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos, empresa intermediadora da Bharat Biotech.

O procedimento foi aberto pela Procuradoria da República no Distrito Federal na tarde desta quarta-feira (30). O procurador Paulo

Entre as diligências, ele pediu que a PGR (Procuradoria-Geral da República) abra um procedimento de cooperação internacional que questione a Bharat Biotech sobre a existência de contatos diretos com o Ministério da Saúde, sobre a política de preços praticada, sobre a existência de outros contratos com intermediários e sobre a necessidade da Precisa no processo.

A Procuradoria considerou suspeita a existência de muitos atos para a efetivação do contrato no mesmo dia ou em tempo curto, uma celeridade contraditória em relação

encaminhou a parte relacionada a essa contratação a um ofício que cuida de combate à corrupção.

Com a escalada da crise envolvendo o negócio, o PIC foi instaurado para averiguar as suspeitas de crime.

Um dos indícios levados em conta foi o depoimento do servidor Luis Ricardo Miranda, chefe do setor de importação do Ministério da Saúde. A Folha revelou a existência e o teor da oitiva em reportagem publicada no dia 18.

Miranda afirmou ter sofrido uma pressão atípica para tentar liberar o primeiro lote

+ Saúde sempre foi lugar de corrupção, diz Mourão

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou nesta quarta (30) que a corrupção sempre "andou" dentro do Ministério da Saúde. A declaração ocorre após acusações reveladas pela **Folha** de que um funcionário da pasta teria pedido propina para fechar contrato com o governo do presidente Jair Bolsonaro para a aquisição de vacinas. "O Ministério

de Saúde sempre foi um lugar onde a corrupção andou lá dentro. E você não consegue da noite para o dia desmanchar uma estrutura que se encontra lá dentro. Eu vejo que isso é de responsabilidade dos gestores, que têm que estar atentos a isso o tempo todo", disse Mourão, ao deixar o gabinete da Vice-Presidência. "Também existe uma Controladoria-Geral da União que tem que estar atenta a determinadas movimentações", afirmou.

tição do MPF relacionada ao contrato para a compra da Covaxin foi enviada ao 11º Ofício de Combate ao Crime e à Improbidade Administrativa.

Segundo o despacho inicial do MPF, que desmembrou a investigação, não há justificativa, a princípio, para a "temeridade do risco" assumido pelo Ministério da Saúde com a contratação relacionada à Covaxin, "a não ser para atender a interesses divorciados do interesse público".

"A omissão de atitudes corretivas da execução do contrato, somada ao histórico de irregularidades que pesa sobre os sócios da empresa Precisa e ao preço elevado de pago pelas doses contratadas, em comparação com as demais, torna a situação carecedora de apuração aprofundada, sob duplo aspecto, cível e criminal", afirmou a procuradora Loureiro no despacho.

A Covaxin é fabricada pela indiana Bharat Biotech e representada no Brasil pela Precisa Medicamentos. É a Preci-

lhões de doses deveriam ser entregues em até 70 dias após a assinatura do documento, que ocorreu em 25 de fevereiro. Nenhuma dose chegou ao Brasil até agora.

"Expirados os 70 dias de prazo para a execução escalonada do contrato, nenhum dos lotes de 4 milhões de doses fora entregue pela contratada Precisa", cita o despacho do Ministério Público Federal.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) concedeu autorização para importação da vacina somente no último dia 4, e com restrições.

A agência, em 31 de março, havia negado pedido de importação formulado pelo Ministério da Saúde, diante da falta de documentos básicos por parte da empresa.

A finalidade prevista em contrato —distribuir doses contratadas em ampla escala, dentro do PNI (Programa Nacional de Imunizações)— não tem previsão para ser alcançada, conforme o MPF, "o que deveria reclamar do

José Rocha Júnior já determinou as primeiras diligências a serem feitas para o início das investigações.

Também nesta quarta-feira, a Polícia Federal instaurou inquérito para investigar a compra da Covaxin pelo governo Jair Bolsonaro, conforme antecipou coluna Painei. O caso será conduzido pelo Sinq (Serviço de Inquéritos) da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da PF.

No despacho, o procurador Rocha Júnior apontou indícios de crimes contra a administração pública, "sobretudo a saúde pública e ao erário federal".

à postura da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que negou em março um pedido de importação.

O TCU (Tribunal de Contas da União) e a CGU (Controladoria-Geral da União) devem informar se houve abertura de procedimentos para apurar irregularidades no contrato.

A Folha mostrou no último dia 22 de junho que o MPF havia desmembrado um inquérito civil público, aberto para apurar improbidade administrativa, diante dos indícios de crime no contrato para a compra da Covaxin.

O desmembramento ocorreu no dia 16, quando a procuradora Luciana Loureiro

de vacinas, apesar da falta de documentação e de apresentação de faturas com previsão de pagamento antecipado de US\$ 45 milhões, o que não está previsto em contrato.

Desde a revelação, o caso Covaxin cresceu e passou a ser o foco central da CPI da Covid no Senado. O servidor foi ouvido pelos senadores e confirmou o mesmo teor do depoimento ao MPF. Seu irmão, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), também ouvido na CPI, disse que a denúncia foi apresentada pessoalmente ao presidente Jair Bolsonaro.

Com o surgimento de indícios de crime, a parte da inves-

ta Saúde sempre foi um lugar onde a corrupção andou lá dentro. E você não consegue da noite para o dia desmanchar uma estrutura que se encontra lá dentro. Eu vejo que isso é de responsabilidade dos gestores, que têm que estar atentos a isso o tempo todo", disse Mourão, ao deixar o gabinete da Vice-Presidência. "Também existe uma Controladoria-Geral da União que tem que estar atenta a determinadas movimentações", afirmou.

sa que assina o contrato com o Ministério da Saúde para o fornecimento de 20 milhões de doses, a um preço individual de US\$ 15. Nenhuma outra vacina comprada pela pasta tem custo tão elevado.

O preço elevado é uma das razões para a necessidade de investigação criminal, segundo o MPF. O valor é superior aos da negociação de outras vacinas no mercado internacional, como a Pfizer, conforme o despacho da Procuradoria. No Brasil, a dose da Pfizer saiu por US\$ 10.

O MPF aponta ainda uma quebra de cláusulas contratuais. O contrato entre Saúde e Precisa prevê que os 20 mi-

gestor público imediata ação corretiva".

Outro ponto que justifica o aprofundamento das investigações, na esfera criminal, é o histórico de atuação da Global Gestão em Saúde. A empresa tem como sócio o mesmo dono da Precisa Medicamentos, Francisco Emerson Maximiano. Ele iria depor na CPI da Covid nesta quinta (1º), mas a oitiva foi adiada e não tem nova data para ocorrer.

Maximiano obteve habeas corpus da ministra Rosa Weber, do STF (Supremo Tribunal Federal), e pode ficar em silêncios se confrontado com "perguntas potencialmente incriminatórias".

SÃO PAULO - 01/07/2021

Alta do PIB nominal volta a reduzir dívida pública, mas efeito é pontual, afirma BC

Larissa Garcia

BRASÍLIA Em sua terceira queda consecutiva, a dívida bruta do governo foi a 84,5% do PIB em maio, redução de 1,1 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (30).

De acordo com a autarquia, o resultado se deu principalmente por causa do aumento do PIB nominal (em reais), que contribuiu em 1,5 ponto percentual. A queda do dólar de 3,2% no mês puxou a dívida em 0,2 ponto para baixo.

A dívida bruta somou R\$ 6,69 trilhões em maio. Na comparação anual, houve queda de 4,4 pontos percentuais.

Para Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC, o efeito do PIB na dívida é pontual e deve impactar o endividamento apenas em 2021.

Ele disse que parte desse movimento é fruto do deflator do PIB calculado para a atividade econômica, que está em torno de 10%, acima do IPCA. "Pode ser que permaneça ao longo de 2021 no acumulado do ano, mas é um efeito pontual, não tende a ser permanente", afirmou.

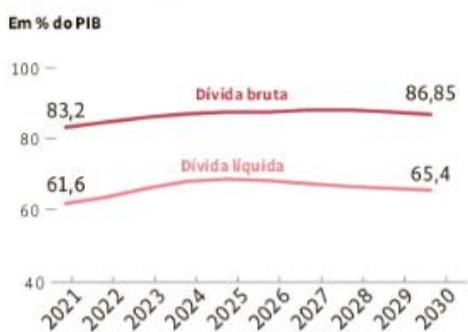
"O crescimento do PIB fez com que a dívida se reduzisse, mas não altera a trajetória de crescimento. É preciso alcançar um nível de superávit fiscal para que essa trajetória se estabilize e seja revertida, o que não ocorreu. Isso reduz a relação dívida/PIB, mas não altera os objetivos ou desafios da política fiscal", ponderou Rocha.

A dívida registrou cresci-

Evolução do endividamento do governo



Expectativas do mercado



Fonte: Banco Central

mentos expressivos por mês desde o início da pandemia. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

Em fevereiro deste ano, o endividamento alcançou 89,3% do PIB, maior percentual da série histórica iniciada em 2006. No mesmo mês de 2020, último antes dos impactos da crise sanitária, a dívida estava em 75,18%.

A partir de março, contudo, o endividamento começou a cair. A projeção da FGV é que



O crescimento do PIB fez com que a dívida se reduzisse, mas não altera a trajetória de crescimento

Fernando Rocha
chefe do departamento de estatísticas do BC

a dívida se reduza em cinco pontos percentuais até dezembro, chegando a 83,8% do PIB.

"Deve-se destacar que questões estruturais permanecem. Depois da esperada redução da dívida em 2021, há estabilização da dívida bruta apenas em 2025", diz o mais recente boletim de análise de conjuntura da instituição.

Segundo expectativas do mercado coletadas pelo BC, os economistas consultados projetam que a dívida encerre o ano em 83,2% do PIB e volte a crescer nos anos seguintes, chegando a 87,5% em 2025.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também registrou queda de um ponto percentual em maio e chegou a 59,7% do PIB. Segundo o BC, o crescimento da atividade econômica contribuiu em 1,1 ponto.

Em sentido oposto, a valorização cambial puxou a dívida 0,6 ponto para cima. Quando o dólar cai, há elevação no valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais.

O resultado negativo nas contas públicas em maio aumentou o montante em 0,5 ponto. No ano, a dívida líquida caiu três pontos percentuais.

Pela metodologia do BC, o setor público registrou déficit primário de R\$ 15,5 bilhões em maio. No acumulado do ano, as contas públicas tiveram resultado positivo de R\$ 60,3 bilhões.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, excluindo os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit.

Demanda por UTIs para Covid cai na maioria das capitais

Só Curitiba, Campo Grande e Palmas mantiveram ocupação de leitos acima de 90% na última semana

PORTO ALEGRE, RIBEIRÃO PRETO, RECIFE, CURITIBA, SALVADOR, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA A demanda por leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para pacientes com Covid-19 caiu em 18 capitais brasileiras, além do Distrito Federal, ao longo da última semana.

100% da capacidade em meados de junho, atingiu um patamar abaixo de 90% pela primeira vez após cinco semanas.

A fila por leitos também diminuiu, de 95 para 32 pessoas. No dia 31 de maio, essa fila tinha 266 pacientes.

Na capital, Campo Grande,

Os dados mostram menor pressão por leitos após a alta registrada nos meses de maio e junho deste ano. Das capitais, apenas Curitiba, Campo Grande e Palmas permanecem com ocupação de leitos acima de 90%. Na semana anterior, eram seis capitais acima deste patamar.

A queda na demanda coincide com uma redução nas internações e mortes pela Covid-19 entre pessoas na faixa de 60 anos, como apontou reportagem da *Folha*. O mesmo movimento já havia sido registrado entre nonagenários e octogenários, reflexo do avanço da vacinação nessas faixas etárias.

Também caiu a média móvel de mortes pela doença: 1.603 nesta terça-feira (20), a menor desde 9 de março.

Dentre os 26 estados e o DF, vivem cenário mais crítico Paraná e Santa Catarina, ambos com ocupação acima de 90%.

O Paraná completou cinco meses com taxa de ocupação de UTIs acima de 90%, segundo levantamento da *Folha*. Nesta segunda-feira (28), 93%

a ocupação de leitos, que era de 98%, caiu para 91% nesta segunda, dia em que havia 24 pacientes aguardando por um leito de terapia intensiva.

No Distrito Federal, 76% dos leitos de UTI destinados à Covid estavam ocupados na segunda. Na semana anterior, o índice era de 82%.

A queda se deu mesmo com redução no número de leitos em operação - que foi de 212 para 195 no período. Somados os leitos bloqueados, o total para Covid chega a 422. Ao menos dois hospitais do DF, no entanto, ainda tinham nesta segunda 100% dos leitos de UTI públicos ocupados.

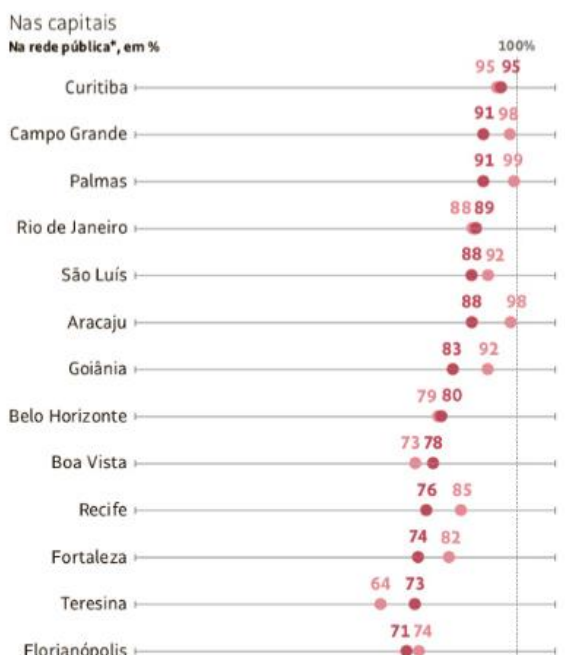
Segundo o chefe da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, com a queda na lista de espera por UTI, o governo quer repassar parte dos leitos vagos ao atendimento de pacientes com outras enfermidades.

No Nordeste, a única capital em que não houve queda na ocupação de leitos foi Teresina, onde o índice subiu de 64% a 73%, reflexo da desativação de 29 leitos.

Em Pernambuco, a taxa de

Ocupação de UTIs para Covid

● Em 21.jun ● Em 28.jun



dos leitos para pacientes graves estavam ocupados.

Por outro lado, a fila de espera por uma vaga de UTI tem diminuído nas últimas semanas. Nesta segunda, 108 pessoas aguardavam por vagas – o número era três vezes maior na semana anterior.

Em Curitiba, a taxa de ocupação se manteve em 95%, e 36 pacientes estavam na fila por leitos – menos da metade da semana anterior. Pela terceira semana consecutiva, a prefeitura decidiu manter a bandeira laranja, com restrições médias sobre o funcionamento de comércio e serviços.

Em Santa Catarina, a taxa de ocupação de UTIs teve leve decréscimo na semana, de 94% para 91%. Há 20 pacientes na fila de espera por leitos.

O cenário é considerado preocupante pelo governo do estado, sob gestão de Carlos Moisés (PSL) que anunciou 20 novos leitos de UTI exclusivos para a Covid-19 na cidade de Lages, na próxima semana.

Em Florianópolis, a situação é mais tranquila: a capital catarinense teve 71% de UTIs ocupadas na segunda e não há espera por vagas.

A ocupação de leitos de UTI caiu em todas as capitais da região Centro-Oeste. A maior redução percentual se deu em Cuiabá, que tinha 85% de seus leitos ocupados na última semana e, agora, tem 64% das vagas em uso – os dados incluem hospitais da Baixada.

Nenhuma nova vaga de UTI foi aberta na semana, o que significa que houve redução no total de internados. A queda foi verificada também no estado, que passou de 86% para 75% dos leitos em uso.

Estado da região com cenário mais grave da pandemia, Mato Grosso do Sul baixou o índice de ocupação de leitos para pacientes graves, chegando a 88% nesta segunda-feira.

Com isso, o estado, que chegou a ter ocupação acima de

ocupação de UTIs caiu pela terceira semana consecutiva. Nesta terça-feira (29), o índice na rede pública estadual é de 76% – o menor em quatro meses. Na capital, a tendência é a mesma.

Há um mês, havia 275 doentes graves em Pernambuco esperando por uma UTI. Agora, a fila está zerada.

Na Bahia, a taxa de ocupação caiu para 75% e chegou a 70% em Salvador. Mesmo assim, o cenário inspira cuidados. Um ponto de preocupação foi fluxo de pessoas para o interior no São João, mesmo com a suspensão das festas.

No Rio Grande do Norte, a taxa de ocupação segue em recuo, depois de meses em torno de 90%. A ocupação passou de 77% na semana passada, para 72% nesta segunda.

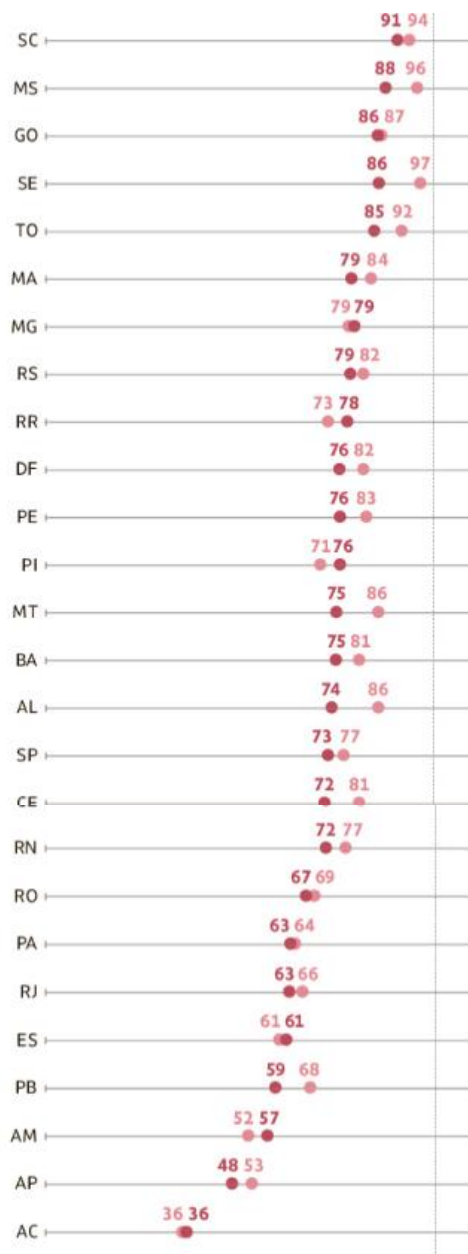
Com a tendência de baixa, o governo do estado iniciou um processo de planejamento para reversão de leitos.

No Sudeste, a cidade do Rio de Janeiro tem o pior cenário: 89% das UTIs cheias nesta segunda-feira. No estado de São Paulo, a ocupação de leitos para pacientes graves caiu de 77% para 73% ao longo da última semana.

Após um mês e meio com mais de dez mil internados em UTIs para Covid-19, o estado somou na segunda-feira 9.981 pessoas, segundo a Secretaria Estadual da Saúde. A demanda de transferências teve queda de 60% ante o pico da segunda onda. Hoje, são cerca de 600 pedidos por dia, contra 1,5 mil em abril de 2021.

Na capital paulista, a taxa de ocupação de UTI marcou 62% nesta segunda-feira, com 895 internados. Na segunda anterior (21), a ocupação era de 71%, com 1.017 hospitalizados.

Fernanda Canofre, Marcelo Toledo, João Valadares, Katna Baran, João Pedro Pitombo, Ana Luiza Albuquerque, Júlia Barbon, Natália Cancian e Patrícia Pasquini



*BA, CE, RJ, RN, AL e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; PI e Teresina incluem leitos públicos e privados; RS e Porto Alegre contabilizam todos os leitos, e não apenas os para Covid-19; João Pessoa, Natal, Recife e Vitória consideram região metropolitana; Belém considera a região metropolitana e a região de saúde Tocantins, e Cuiabá também considera a Baixada; MG contabiliza leitos SUS de gestão hospitalar municipal, estadual, federal e privada, assim como a Rede SUS BH; São Luís considera apenas leitos estaduais
Fontes: Governos estaduais e prefeituras

Superpedido de impeachment é protocolado

Documento foi apresentado em ato político na Câmara por políticos de oposição, de centro e ex-bolsonaristas; ideia é 'constranger' Lira

Anne Warth
Camila Turtelli | BRASÍLIA
Pedro Venceslau

Em uma estratégia para ampliar o desgaste do presidente Jair Bolsonaro, movimentos e partidos de esquerda, siglas de centro, centro-direita e ex-bolsonaristas protocolaram ontem um superpedido de impeachment na Câmara. Com 46 assinaturas e 271 páginas, o documento foi apresentado em um ato político que causou aglomeração no Salão Verde da Casa.

O superpedido foi protocola-

do no momento em que avançam denúncias de corrupção na compra de vacinas, dando força à realização de novos protestos de rua contra Bolsonaro – o próximo está marcado para sábado –, em uma tentativa de pressionar o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), a aceitar o pedido. A decisão de dar andamento ao processo é exclusiva de Lira, aliado de Bolsonaro.

O ato de ontem foi planejado para "constranger" o presidente da Casa. O novo pedido é o de número 125 na gaveta de Lira, mas a maioria chegou à Casa ain-

da na gestão de Rodrigo Maia. A iniciativa, no entanto, tem poucas chances de prosperar neste momento, segundo a avaliação de lideranças partidárias ouvidas pelo Estadão.

Lira já declarou não ver material suficiente para deflagrar o processo. E, ainda assim, pela contabilidade feita nos bastidores do Congresso, o impeachment teria hoje o apoio de cerca de 140 deputados, sendo que são necessários 342 votos no plenário para afastar o presidente.

O documento reúne os autores dos mais de 100 pedidos já protocolados desde o início do

mandato de Bolsonaro. A frente reúne Psol, PT, PDT, PV, Rede Sustentabilidade, Cidadania, Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), entre outros. "As últimas denúncias de corrupção na compra de vacina trazem mais força ainda ao pedido", afirmou o líder da oposição na Câmara, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

"Espero que as manifestações de rua convençam o presidente da Câmara a colocar em votação (o impeachment)", escreveu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais.

O texto foi elaborado pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e tem como signatários, além dos parlamentares, entidades representativas da sociedade e personalidades.

Foram apontados 23 crimes que teriam sido cometidos por Bolsonaro desde que assumiu a Presidência da República, entre eles, de acordo com o documento: atentar contra o livre exercício dos Poderes, ao participar de atos com ameaças ao Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF); usar autoridades sob sua subordinação para praticar abuso de poder no episódio de tro-

ca do comando militar e interferir na Polícia Federal; incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina; provocar animosidade nas classes armadas, ao incentivar motim dos policiais militares em Salvador; e as omissões e erros no combate à pandemia, que seriam crime contra a segurança interna.

"O que está sendo feito aqui é algo histórico", disse o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), um dos que assinaram o documento. Ligado ao Movimento Brasil Livre, ele foi um dos articuladores da campanha pelo impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. "Bolsonaro é um irresponsável, tirando máscara de bêbezinho", afirmou Joice Hasselmann. A deputada disse ter se arrependido de ser líder do governo Bolsonaro, a quem chamou de "ogro".

No entanto, os grupos que li-

deram o movimento pelo impedimento de Dilma Rousseff em 2015 e lideranças do centro ainda resistem a voltar às ruas. Além do risco de aglomeração, os atos são hoje liderados pela esquerda e com um tom partidário e pró Lula.

Ausência. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que esteve na linha de frente dos movimentos pelo impedimento de Fernando Collor e Dilma Rousseff, ficou de fora do superpedido. A Ordem chegou a elaborar um documento assinado por juristas renomados que serviria de base para um eventual pedido, mas o texto está parado nas instâncias internas, que nem sequer estão debatendo o tema.

Uma cópia do relatório chegou a ser enviada à CPI. "Ainda é necessário esclarecer os fatos graves levantados pelos irmãos Miranda. Fazer um impeachment antes seria prematuro; portanto, por enquanto, eu não apoio", disse a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL), uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma.

A oposição e os movimentos sociais esperam que o superpedido de impeachment amplie o espectro das manifestações contra o governo marcadas para este sábado.

● Na gaveta

125

pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro foram protocolados na Câmara. O que deu entrada ontem traz uma lista de 23 crimes que teriam sido cometidos pelo chefe do Executivo.

SÃO PAULO - 01/07/2021

Lote de 3 milhões de vacinas da Janssen doadas pelos EUA aguarda distribuição

Priscila Mengue

As remessas com 3 milhões de doses de vacinas de dose única da Janssen, doadas pelo Estados Unidos e recebidas na sexta-feira e no sábado, ainda não foram totalmente distribuídas pelo Ministério da Saúde. A informação foi confirmada pelo governo federal, após a situação ser criticada ontem em coletiva de imprensa pelo governador de São Paulo, João Dória (PSDB). O ministério pretende fazer a distribuição até esta sexta-feira.

As vacinas, suficientes para pelo menos dois dias de imunização completa no País, chegaram ao Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, em duas partes - 2.052.350 doses na sexta e 947.650 doses no sábado. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o ministério só enviou a documentação obrigatória completa ontem no início da noite.

Após o desembarque, as cargas foram encaminhadas para o



Queiroga e Chapman. Para o ministro, a vacina de dose única vai acelerar a imunização

Centro de Distribuição Logístico do Ministério da Saúde, no Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos. "Foram desembarçadas com prioridade pela Anvisa na mesma da-

ta em que chegaram ao País, sob compromisso do importador e fiel depositário da carga, que é o próprio Ministério da Saúde, de prestar as informações comple-

mente à distribuição das vacinas", afirmou a agência.

"A Anvisa havia autorizado o licenciamento de importação das duas cargas, sob termo de guarda e responsabilidade - pro-

cedimento no qual os insumos ficam armazenados no centro de logística do Ministério da Saúde, aguardando documentos complementares necessários para liberação definitiva e uso. Essa modalidade é convencional e depende, sempre, de petição do importador", acrescentou.

Mais cedo, antes do posicionamento da Anvisa, o Ministério da Saúde havia afirmado que aguardava autorização da agência. "A expectativa é de que a liberação seja realizada hoje para que a distribuição (aos Estados) seja feita em até 48 horas", alegou. A pasta voltou a ser procurada pelo Estadão, após a manifestação da Anvisa, e manteve o prazo de 48 horas. Já a Anvisa ressaltou que "pedidos de licença de importação de medicamentos e de vacinas são analisados com máxima urgência e absoluta prioridade".

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, chegou a ir ao local na sexta para receber parte das doses em conjunto com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman. Ele

já havia declarado que a vacina de dose única ajudaria o Brasil a avançar na imunização.

São Paulo. Na coletiva desta quarta, Dória exigiu a "imediata liberação" pelo governo federal. "Até dá a impressão que o Ministério da Saúde não tem pressa. Nós temos", declarou. São Paulo espera receber 678 mil doses. "É muita vacina guardada na prateleira quando já deveria estar no braço dos brasileiros", acrescentou Dória.

O governo Dória ainda anunciou que 53% da população paulista de 18 anos ou mais recebeu ao menos uma dose de uma das vacinas contra a doença autorizadas no País. Ao todo, 18% dos adultos tiveram a vacinação completa. Mais de 25 milhões de doses foram aplicadas no Estado. O anual calendário estadual prevê a ampliação para a população de 35 a 39 anos entre 15 e 29 de julho e, ainda, para a de 30 a 34 anos, de 30 de julho a 15 de agosto. Na sequência, será a vez daqueles de 25 a 29 anos (de 16 a 31 de agosto) e de 18 a 24 anos (de 1.º a 15 de setembro).

País registra 14,7 milhões sem emprego em abril

Segundo IBGE, taxa de desemprego se manteve no patamar recorde de 14,7%

Daniela Amorim / RIO
Tháís Barcellos
Cícero Coimbra / SÃO PAULO

A taxa de desemprego no País se manteve no patamar recorde de 14,7% no trimestre encerrado em abril, mesmo resultado visto em março, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os sinais de recuperação de parte da economia, houve um aumento no número de pessoas em busca de emprego, mas o mercado de trabalho ainda não conseguiu gerar vagas para absorver a mão de obra disponível, explicou Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do órgão.

O número de desempregados no período foi calculado em 14,761 milhões de trabalhadores, quase meio milhão a mais em apenas um trimestre. Em relação a abril de 2020, o contingente de desempregados aumentou 15,2%, com 1,950 milhão de pessoas a mais em busca de uma nova colocação.

“Difícilmente, você vai resolver nos quatro primeiros meses de 2021 tudo o que ocorreu em 2020”, afirmou Adriana, em referência ao impacto da pande-

mia de covid na economia, que obrigou autoridades a adotar medidas de isolamento social.

Em relatório distribuído a clientes, o economista Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs, afirmou que a taxa de desemprego “provavelmente vai continuar em dois dígitos por um período longo de tempo”, dado o descompasso entre “o número considerável de trabalhadores desencorajados” que vão voltar a procurar emprego e o ritmo de abertura de novas vagas.

Pelos dados do IBGE, a população ocupada somou 85,940 milhões de pessoas no trimestre encerrado em abril, 85 mil trabalhadores a menos em um trimestre. Em relação a um ano antes, 3,302 milhões de pessoas perderam seus empregos.

Há menos 7,7 milhões de pessoas trabalhando em relação a fevereiro de 2020, no pré-pandemia, o que representa uma perda de 8,3% no estoque de ocupados, apontou o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

lhando de forma precária nos próximos meses.

Em abril, a taxa de desemprego só não subiu mais porque a população inativa – que não trabalha nem procura emprego – bateu em 76,383 milhões, seis mil a mais que no trimestre anterior. Em relação ao mesmo período de 2020, há 5,457 milhões de inativos a mais.

Perspectiva. Considerando todos os brasileiros subutilizados, faltou trabalho para 33,252 milhões de pessoas no País no trimestre até abril passado. A conta inclui quem busca emprego e quem está trabalhando menos horas do que gostaria e poderia, além das pessoas que não estão procurando vaga, mas estão disponíveis para trabalhar – como os chamados desalentados.

Segundo Adriana, do IBGE, o maior recrutamento de mão de obra depende de um conjunto de fatores, já que o mercado de trabalho responde a estímulos econômicos, ao consumo das famílias e concessões de crédito. As exceções são os segmentos menos afetados pela crise provocada pela pandemia, que já mostram melhor desempenho na absorção de mão de obra, como a agricultura e os serviços de tecnologia da informação.

“A agricultura não é afetada por restrições, tem condições de operar num nível melhor de

● **‘Preocupante’**
“É um número bem preocupante (a evolução do desemprego desde 2020), que mostra de alguma forma a fragilidade do mercado de trabalho.”

Bruno Imaizumi
ECONOMISTA DA LCA

normalidade”, disse a analista.

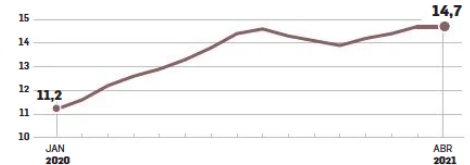
No segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, a ocupação já supera o patamar pré-pandemia, puxado pela área de tecnologia da informação. “A demanda por conectividade tem feito com que esse grupamento tenha se beneficiado tanto na demanda pelo volume de serviços quanto por profissionais”, justificou Adriana.

Quanto ao tipo de vínculo de trabalho, o trabalho por conta própria se destaca na absorção de trabalhadores ante o patamar de um ano antes. A modalidade, que tem forte predomínio de informalidade, é impulsionada por pessoas que perderam o emprego na pandemia e não conseguiram se recolocar na mesma atividade, mas também por integrantes da família que não trabalhavam, mas que passam a atuar por conta própria para ajudar a complementar a renda domiciliar reduzida pela pandemia.

NÃO HÁ VAGAS

● Taxa de desemprego no Brasil está em patamar recorde

Trimestre móvel
EM PORCENTAGEM



Saldo de vagas no trimestre

EM MILHARES

	ENCERRADO EM ABRIL ANTE O TRIM. ANTERIOR	ENCERRADO EM ABRIL ANTE O MESMO TRIM. DO ANO ANTERIOR
ADMIN PÚBLICA, DEFESA, SEGURIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	-94	-176
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	118	532
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	14	-871
COMÉRCIO	-373	-1.120
CONSTRUÇÃO	-96	96
INDÚSTRIA GERAL	69	-497
INDÚSTRIA GERAL	09	-497
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS, PROFISSIONAIS E ADMIN.	278	333
OUTROS SERVIÇOS	-88	-660
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	19	-562
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	67	-393

FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SÁBADO, 03/07, ÀS 9h15, COM ESTES CLÁSSICOS E OUTRAS GRANDES OPORTUNIDADES:

IMPERDÍVEIS



SOMENTE ONLINE
www.sodresantoro.com.br

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSE AGORA.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Governo quer 'gatilho' para corte de jornada

Célia Froufe | BRASILIA

O governo negocia com o Congresso Nacional uma mudança nas medidas que instituíram regras trabalhistas mais flexíveis na crise da covid-19 e no programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato. A ideia é deixar na lei um gatilho para o acionamento dessas ações emergenciais, caso necessário. A equipe econô-

01/07/2021

Para Receita, 824 mil vão pagar imposto sobre dividendo

Segundo dados do Fisco, 3,6 milhões de brasileiros recebem ganhos de empresas. Números são usados na estratégia do governo

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@leibniz.org.br
BRASILIA

Na defesa do projeto de lei que muda o Imposto de Renda e estabelece a cobrança de tributos sobre lucros e dividendos, o governo está argumentando que a isenção em vigor desde 1995 beneficia as camadas mais ricas da sociedade, e que apenas 824 mil pessoas passarão a ser tributadas com as mudanças.

Os técnicos do governo argumentam que há uma forte discrepância no pagamento de impostos entre trabalhadores assalariados

e contribuintes super-ricos. Atualmente, enquanto os trabalhadores são tributados com uma alíquota efetiva média de até 16,6%, quem recebe lucros e dividendos tem uma alíquota efetiva que não ultrapassa 10%. Por isso, o governo argumenta que o sistema é injusto com trabalhadores assalariados.

A discrepância é maior para a camada mais rica da população. Os quase 21 mil brasileiros mais ricos do país receberam, em 2019, R\$ 230,8 bilhões em rendimentos não tributáveis, como lucros e divi-

denhos, de acordo com os dados do Fisco.

Com as regras atuais, eles tiveram uma alíquota efetiva média de apenas 1,8% de Imposto de Renda da Pessoa Física. Cada um desses contribuintes tem um patrimônio médio de nada menos que R\$ 70 milhões.

Os dados que estão sendo usados pelo governo para defender seus argumentos também apontam que, no Brasil, apenas 3,6 milhões de pessoas receberam lucros e dividendos em 2019 e 2020. Desse universo, 824,6 mil contribuintes se-

rão tributados com a reforma proposta. Ou seja, 2,7 milhões de pessoas continuarão isentas da cobrança de dividendos.

A segunda etapa da reforma tributária foi apresentada na semana passada e prevê uma alíquota de 20% sobre lucros e dividendos. Em contrapartida, reduz o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de 25% para 20%.

Na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que pode antecipar essa redução para o próximo ano — a proposta hoje prevê a re-

dução de 2,5 pontos percentuais por ano até 2023.

Empresas têm criticado a cobrança de dividendos sob o argumento de que vai aumentar sua carga tributária. O governo diz que não é correto somar as cargas da empresa com a cobrança do dividendo, que será feita na pessoa física do sócio. Além disso, haverá uma isenção de até R\$ 20 mil mensais, o que beneficiará pequenas empresas.

O texto também atualiza a tabela do IRPF e aumenta a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil mensais. Outra mudança

proposta restringe a declaração simplificada a contribuintes com rendimento anual de até R\$ 40 mil (pouco mais de R\$ 3 mil por mês). A declaração simplificada embute desconto automático de 20% (até R\$ 16.754,34) sem necessidade de comprovar gastos dedutíveis.

Estudo do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV estima que essa mudança de regra aumentará a tributação de cerca de 2 milhões de contribuintes.

Na primeira versão do estudo, publicada na terça-feira, os pesquisadores Manoel Pires e Fábio Goto haviam estimado que a alteração poderia afetar 6,8 milhões de contribuintes, mas os pesquisadores fizeram uma mudança no cálculo a partir da sugestão de outros economistas.

GRÁFICOS

VEÍCULOS

